

RIASE

REVISTA IBERO-AMERICANA DE SAÚDE E ENVELHECIMENTO
REVISTA IBERO-AMERICANA DE SALUD Y ENVEJECIMIENTO

EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA
CONTEXTOS PARA A MUDANÇA

EDUCACIÓN SEXUAL EN LA ESCUELA
CONTEXTOS PARA EL CAMBIO

SEX EDUCATION IN SCHOOL
CONTEXTS FOR CHANGE

Ermelinda Caldeira - PhD em Enfermagem. Professora Adjunta, Universidade de Évora/Escola Superior de Enfermagem S. João de Deus

Manuel José Lopes - PhD em Enfermagem. Professor Coordenador, Universidade de Évora/Escola Superior de Enfermagem S. João de Deus

RESUMO

A educação sexual é hoje uma das áreas de intervenção prioritária no nosso País e ocupa um lugar de interesse no âmbito das políticas educativas e de saúde pública na União Europeia.

Diversos estudos têm sido desenvolvidos abordando a problemática da sexualidade na adolescência^(1,2,3,4), os quais constataam a precocidade do início das relações sexuais entre os adolescentes, a inexistência de um parceiro sexual regular e a reduzida utilização sistemática do preservativo nas situações de risco acrescido.

Perante este panorama tornam-se relevantes as intervenções de educação sexual dirigidas aos indivíduos nesta fase da vida. Até porque é inquestionável o papel crucial que a sexualidade desempenha no crescimento e desenvolvimento do adolescente, no relacionamento interpessoal, no respeito, na comunicação, na autoestima, na assertividade e na autoconfiança.

Face ao exposto optou-se pela metodologia de investigação-ação. Na fase diagnóstica procedeu-se à aplicação de um conjunto de instrumentos dos quais destacamos o questionário: avaliação de atitudes dos professores face à Educação sexual (QAAPES)⁽⁵⁾; conceções e práticas face à Educação sexual – versão para professores⁽⁶⁾.

Os resultados apresentados reportam-se apenas à primeira fase do processo. Os mesmos permitiram-nos constatar o reconhecimento da educação sexual na escola como uma necessidade explícita. Na opinião dos professores esta diz respeito a todos os professores e deve ser abordada preferencialmente na componente letiva. Para estes a principal finalidade da educação sexual é desenvolver as competências dos alunos para que consigam viver a sua sexualidade de uma forma mais saudável.

Descritores (DeCS): Educação sexual; sexualidade; adolescente; saúde escolar.

ABSTRACT

Sex education is, nowadays, one of the priority intervention areas in our country and occupies a position of interest in the development of educative and public health politics in the European Union.

Several studies have been developed, addressing the sexuality in younger people issues^(1,2,3,4), which verify the precocity of starting sexual relations amongst teenagers, the inexistence

of a regular sexual partner and the reduced systematic use of condoms during situations of increased risk.

In this context, sex education's interventions headed to individuals at this stage of life become relevant. Especially because its unquestionable the crucial role that sexuality plays in adolescent growth and development, in the interpersonal relationship, respect, communication, self-esteem and in the assertiveness and self-confidence.

In the view of the above, we chose the research-action methodology. During the diagnostic phase we applied a set of instruments of which we highlight the questionnaire: assessment of teachers' attitudes towards sexual education (QAAPES)⁽⁵⁾; conceptions and practices in relation to sex education - version for teachers⁽⁶⁾.

The presented results relate only to the first phase of the process.

These allowed us to note the recognition of sex education in school as an explicit necessity. In the opinion of teachers this concerns all teachers and should be addressed preferably in the teaching component. For these, the main purpose of sex education is to develop the students' skills so that they can live their sexuality in a healthier way.

Descriptors (MeSH): Sex education; sexuality; adolescent; school health.

RESUMEN

La educación sexual es hoy una de las áreas de intervención prioritaria en nuestro país y ocupa un lugar de interés en el ámbito de las políticas educativas y de salud pública en la Unión Europea.

Se han desarrollado diversos estudios que abordan la problemática de la sexualidad en la adolescencia^(1,2,3,4), que constatan la precocidad del inicio de las relaciones sexuales entre los adolescentes, la inexistencia de un socio sexual regular y la reducida utilización sistemática del preservativo en las situaciones de mayor riesgo.

Ante este panorama se hacen relevantes las intervenciones de educación sexual dirigidas a los individuos en esta fase de la vida. Incluso porque es incuestionable el papel crucial que la sexualidad desempeña en el crecimiento y desarrollo del adolescente, en la relación interpersonal, en el respeto, la comunicación, la autoestima, la asertividad y la auto-confianza.

En vista de lo expuesto se optó por la metodología de investigación-acción. En la fase diagnóstica se procedió a la aplicación de un conjunto de instrumentos de los cuales destacamos el cuestionario: evaluación de actitudes de los profesores frente a la Educación sexual (QAAPES)⁽⁵⁾; concepciones y prácticas frente a la Educación sexual - versión para profesores⁽⁶⁾.

Los resultados presentados sólo se refieren a la primera fase del proceso. Los mismos nos permitieron constatar el reconocimiento de la educación sexual en la escuela como una necesidad explícita. En la opinión de los profesores esta se refiere a todos los profesores y debe ser abordada preferentemente en el componente lectivo. Para estos la principal finalidad de la educación sexual es desarrollar las competencias de los alumnos para que consigan vivir su sexualidad de una forma más sana.

Descriptores (DeCS): Educación sexual; sexualidad; adolescente; salud escolar.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta da tese de doutoramento do primeiro autor⁽²⁾ e centra-se nas atitudes e conceções dos professores do 2.º ciclo do ensino básico, de uma escola da região Alentejo, relativamente à implementação da educação sexual (ES) em contexto escolar.

A ES em Meio Escolar configura a escola como local privilegiado para possibilitar aos jovens um aumento dos seus conhecimentos na área da sexualidade, bem como destaca a relevância do território educativo para a promoção de atitudes e comportamentos adequados e com menores riscos. Tem tido, em Portugal, um percurso difícil e irregular, alvo de avanços e recuos, sujeita a controvérsias e debates entre os vários intervenientes do processo educativo.

A questão da ES teve o seu enquadramento legal através da Lei (n.º3/84)(7). Apesar desta lei se centrar fundamentalmente sobre o direito ao planeamento familiar, inclui a primeira menção jurídica sobre o direito à educação sexual. Assim, no seu artigo 1.º, estipula que o “estado garante o direito à ES, como componente do direito fundamental à educação”. Esta Lei considera aspetos práticos essenciais, tais como a inclusão de conteúdos atinentes à educação sexual nos currículos e a formação de docentes sem esquecer a “intervenção dos pais”.

No entanto, só 25 anos mais tarde foi aprovada legislação que tornou obrigatória a educação sexual nas escolas e definiu com precisão as suas finalidades e enquadramento na dinâmica escolar (Lei n.º60/2009). A Lei 60/2009⁽⁸⁾ veio assim estabelecer o regime de aplicação da ES em meio escolar, no ensino básico e secundário, no âmbito da educação para

a saúde. Prevê o desenvolvimento de um programa sistemático, holístico, baseado na promoção de competências pessoais e sociais, e simultaneamente, centrado nas necessidades de um público alvo específico: os adolescentes.

Com esta lei as escolas viram-se confrontadas com uma nova realidade: a necessidade e obrigatoriedade de implementar a ES. Os atores destes contextos educativos foram assim confrontados com uma lei que lhes exigia novas competências e novos papéis, mas acima de tudo com dúvidas: como passar do Legislativo à prática?

Educar para uma vida sexual ativa, verdadeira e consciente é da responsabilidade de todos. Os principais intervenientes na ES dos adolescentes a nível da construção de um sistema de valores, de atitudes e de condutas no âmbito da sexualidade são a família, os amigos, a escola, os profissionais de saúde e os meios de comunicação social⁽¹⁰⁾. É assim necessário que pais, professores, técnicos de saúde, pares e demais profissionais atuem num processo de interação constante, formando e informando os adolescentes, permitindo-lhes a possibilidade de escolhas assertivas. A família na figura dos pais e a escola através dos seus professores, merecem destaque enquanto agentes de educação da sexualidade adolescente, uma vez que criam sinergias para intencionalizar processos de análise, consciencialização e mudança ao nível dos conhecimentos e atitudes^(11,12).

Os professores, como atores de formação sobre ES garantem as condições para o sucesso, ao envolverem-se na implementação de programas e na reorganização de contextos que fomentam a multidisciplinaridade. A concordância com a ES e com o programa a desenvolver são condição sine qua non para a realização da mesma. Assim, se o professor tiver uma atitude não conservadora atribuirá mais importância ao tema, desenvolvendo maior motivação para a lecionação e com mais facilidade de implementação dos programas⁽¹³⁾.

Qualquer professor pode, se tiver motivação e formação, abordar estas temáticas, mas deve salvaguardar-se a especificidade desta matéria. Requer-se que o docente tenha suficiente à-vontade para abordar o tema, responder às questões emergentes e resolver situações que podem ser algo embaraçosas⁽¹⁴⁾. O professor não tem de ser um especialista em ES, mas apenas um profissional convenientemente informado sobre sexualidade humana e que, enquanto educador, já teve oportunidade de refletir sobre ela⁽⁹⁾.

Perante as constatações, e ganhando a ES uma dimensão especial na adolescência, é necessário que a escola, como instituição que partilha a função educativa, assuma de um modo explícito a educação sexual formal. Esta deve ser ponderada como um instrumento capacitador, através do qual os adolescentes possam adquirir conhecimentos e desenvolver competências para conseguirem cuidar e melhorar a sua saúde sexual, proporcionando a aquisição de meios que estimulem o empowerment individual e social^(15,16,17).

No nosso país a ES tem tido um percurso difícil e moroso, muito à custa de políticas educativas pouco claras e falta de vontade das escolas e de alguns professores na efetivação da mesma⁽⁶⁾.

Num estudo realizado em Portugal⁽⁵⁾, com 600 professores que lecionavam nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino secundário, concluíram que estes revelavam uma atitude positiva e que a maioria se sentia confortável para abordar os temas da sexualidade com os alunos. No entanto, poucos mostraram intenções de se envolver futuramente em ações de ES nas suas escolas.

Abarcar a ES na escola implica, obrigatoriamente, mudanças, não só das crenças/representações e conceções pessoais, profissionais e institucionais como na dinâmica da própria escola. Assenta numa nova dinâmica curricular a qual se pretende que inclua “atores” tais como os pais, professores e os pares e ainda que inclua “cenários” tais como a família, a escola, a rua e a comunidade⁽¹⁸⁾.

Como em todos os caminhos em que o percurso é sinuoso, a motivação e o empenho dos diversos intervenientes são imprescindíveis. Só com equipas motivadas e preparadas se pode encetar um caminho que se antevê difícil. Uma questão que se exige é conhecer as necessidades de formação dos professores, para que a ES se realize como legislado e os motive em direção à mudança das suas conceções⁽¹⁹⁾. Num estudo realizado com professores de Primeiro Ciclo do Ensino Básico⁽¹⁹⁾, as necessidades de formação manifestadas situam-se ao nível da apropriação de conhecimentos científicos sobre o tema, da preparação para trabalhar valores, da explicitação dos conteúdos e dos objetivos adequados a cada ano de escolaridade, assim como ao nível do saber lidar com situações do quotidiano escolar relacionadas com a curiosidade das crianças e com situações problemáticas das mesmas e da intervenção dos pais na escola. Vários estudos atestam a importância da formação dos professores nesta área^(20,21) e o envolvimento dos jovens na planificação dos projetos de ES nos quais serão o público-alvo⁽²¹⁾.

A este propósito Mason⁽²²⁾, concluiu que os alunos de 10 e 11 anos requerem uma ES abrangente e interativa, conseguida através de uma pedagogia flexível que permita às crianças compreenderem as modificações que enfrentam relativamente aos seus corpos, relacionamentos e sexualidades.

Pela sua relevância no desenvolvimento humano, a educação sexual deverá ser abordada de acordo com a idade dos estudantes, através de ações com continuidade, organizadas segundo a metodologia de projeto⁽¹³⁾. É assim imperativo, antes de se iniciar um programa, a identificação das necessidades daqueles a quem se destina. Um diagnóstico de situação rigoroso e que abranja todos os atores do processo educativo é o ponto de partida para a eficácia de qualquer programa.

MÉTODOS

A investigação encontra-se ancorada na metodologia de investigação-acção (IA). A opção por esta metodologia prende-se com o facto de a investigação-acção ser um método essencialmente prático, que lida com problemas reais⁽¹⁴⁾. Implica agir para melhorar a prática e estudar sistematicamente os efeitos da ação desenvolvida^(14,15), sendo auto-avaliativa (as modificações são constantemente avaliadas) e cíclica (as descobertas iniciais geram possibilidades de mudança a serem implementadas no ciclo seguinte)^(14,15).

O estudo teve assim início com a análise da situação da prática, constituindo-se esta como a primeira etapa de todo o processo.

A primeira fase da investigação, aqui apresentada, foi orientada de acordo com um estudo exploratório, descritivo, de abordagem quantitativa visando conhecer as atitudes, concepções e práticas dos professores, acerca da educação sexual.

A amostra é constituída pelos 26 professores de uma escola de 2.º Ciclo do Ensino Básico da Região Alentejo.

Tendo em conta a investigação, as questões e objetivos já referidos, optámos, como instrumentos de colheita de dados, pelo questionário. Foram aplicados os questionários: Questionário de Avaliação de Atitudes dos Professores face à ES (QAAPES)⁽⁵⁾ e Concepções e Práticas da ES em contexto escolar⁽⁶⁾.

O QAAPES⁽⁵⁾, é composto por três dimensões: avaliativa, cognitiva e emocional.

Dimensão avaliativa: consta de uma escala de atitudes com 10 itens sendo cinco positivos^(1,5,6,7 e 10) e cinco negativos^(2,3,4,8 e 9). A resposta é dada numa escala do tipo Likert com cinco pontos (discordo totalmente (1), concordo totalmente (5)). A cotação da escala é feita pela média calculada no total dos respondentes depois de inverter os itens negativos.

Dimensão cognitiva: medida numa escala de conhecimento em relação à ES, com 15 itens e possibilidade de resposta em Verdadeiro ou Falso. A cotação da escala é feita pela soma do número de respostas corretas às perguntas que pode variar entre 0 e 15.

Dimensão emocional: consta de uma escala de conforto relativamente a temas sexuais com 30 itens que medem o conforto/desconforto dos sujeitos por terem de falar em temas de Educação Sexual com os alunos. É uma escala com resposta do tipo Likert, com cinco pontos (muito desconfortável 1, muito confortável 5). A cotação da escala é feita através das médias encontradas.

Do instrumento fazem ainda parte questões sobre formação em ES, grau de participação em ações de ES e intenções de envolvimento futuro na implementação dessas ações na escola.

Para a verificação da fidelidade das escalas (Dimensão avaliativa e conforto) do questionário (QAAPES), procedeu-se à avaliação da consistência interna, calculando-se o alfa de Cronbach. O valor do coeficiente alfa de Cronbach encontrado na escala de atitudes foi de 0,81, apresentando uma boa consistência interna, muito semelhante ao do estudo de Reis e Vilar⁽⁵⁾ o qual apresentava um alfa de Cronbach de 0,84. Na escala de conforto o valor do coeficiente alfa de Cronbach foi de 0,96, elevada consistência interna, também este valor muito semelhante ao do estudo acima referido com um alfa de Cronbach de 0,97

O Questionário Conceções e práticas da educação sexual em contexto Escolar - versão para professores⁽⁶⁾ inclui questões relativas às conceções e às práticas da ES em contexto escolar, num total de 70 itens. A resposta é dada numa escala do tipo Likert com quatro pontos: discordo totalmente (1), discordo (2), concordo (3) e concordo totalmente (4).

O tratamento estatístico foi processado através do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20, tendo sido utilizada a estatística descritiva e inferencial.

Foram cumpridos todos os procedimentos éticos (consentimento informado, confidencialidade e anonimato), conforme a Declaração de Helsínquia de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. Para a aplicação dos questionários foi obtida autorização do Conselho Diretivo da Escola e da Direção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) registada nesta entidade com o n.º 0164200001.

RESULTADOS

Responderam ao questionário 26 professores sendo uma larga maioria, concretamente 69.2%, do sexo feminino (Tabela 1). As idades variaram entre os 24 e os 56 anos, sendo a média 42.85 anos com desvio padrão 8.30 anos. Metade dos professores tinha mais de 42.50 anos (idade mediana).

Quanto ao número de filhos, verifica-se que 38.5% não tinham filhos, seguidos de 30.8% que tinham dois filhos.

A maioria (80.8%) possuía a licenciatura como habilitação académica, seguidos de 11.5% que possuíam, apenas, o bacharelato.

No que concerne ao tempo de docência os professores indicaram valores compreendidos entre 3 e 34 anos, sendo o tempo médio de 19.35 anos com desvio padrão de 8.39 anos. Verifica-se, também, que 38.5% dos professores indicaram tempos de docência entre 10 e 20 anos e que 30.8% referiram tempos entre 20 e 30 anos. Metade dos inquiridos exerciam a atividade docente há mais de 19.50 anos.

Tabela 1 - Características socioprofissionais.

	n	%
Sexo		
Masculino	8	30.8
Feminino	18	69.2
Grupo etário		
< 30	2	7.7
[30 - 40[5	19.2
[40 - 50[12	46.2
≥ 50 < 30	7	26.9
\bar{x} = 42.85 Md = 42.50 s = 8.30 x_{\min} = 24.00 x_{\max} = 56.00		
Número de Filhos		
Nenhum	10	38.5
Um	6	23.1
Dois	8	30.8
Três	2	7.7
Sexo dos filhos		
Masculino	8	50.0
Feminino	2	12.5
Masculino e feminino	6	37.5
Habilitações acadêmicas		
Bacharelato	3	11.5
Licenciatura	21	80.8
Licenciatura com especialização	1	3.8
Doutoramento	1	3.8
Tempo de leccionação (anos)		
< 10	3	11.5
[10 - 20[10	38.5
[20 - 30[8	30.8
≥ 30	5	19.
\bar{x} = 19.35 Md = 19.50 s = 8.39 x_{\min} = 3.00 x_{\max} = 34.00		

No que respeita à formação na área da educação sexual (Tabela 2) a maioria dos professores, 73.1%, afirmou que não possuía formação nesta área. Dos sete professores que afirmaram ter formação, três referiram que frequentaram sessões na própria escola e os restantes quatro disseram ter frequentado cursos, colóquios/congressos, ações de formação e seminários. Questionados acerca do facto de terem promovido ou participado em alguma ação de ES, a maioria dos sete professores⁽⁴⁾ respondeu negativamente. Os três professores que afirmaram ter participado ou promovido aquele tipo de ações, um disse que tal consistiu numa aula, outro referiu uma ação extracurricular para alunos e o terceiro indicou ação ou ações no contexto da Área de Projeto. Todos os três professores consideraram que a experiência foi globalmente positiva. Dois dos professores disseram que foram mero assistente nessa formação e, apenas, um afirmou que foi interveniente ativo. Este professor disse que se sentiu preparado e confortável para abordar os temas relativos à ES.

Tabela 2 - Formação na área da Educação Sexual.

	n	%
Formação na área de Educação Sexual		
Sim	7	26.9
Não	19	73.1
Tipo de acção frequentada		
Curso	1	14.3
Sessão na escola	3	42.9
Colóquios/Congressos	1	14.3
Acção de formação	1	14.3
Seminários	1	14.3
Promoveu ou participou em alguma acção de Educação Sexual		
Sim	3	42.9
Não	4	57.1
Em que consistiu essa acção ou programa		
Uma aula para alunos	1	33.3
Um conjunto articulado de aulas para alunos	-	0.0
Uma acção extracurricular para alunos	1	33.3
Acção ou acções no contexto da Área de Projecto	1	33.3
Como avalia essa experiência		
Acho que foi globalmente positiva	3	100.0
Houve coisas negativas, mas acho que foi bem	-	0.0
Acho que esta experiência foi mais negativa que positiva	-	0.0
Acho que esta experiência foi muito negativa	-	0.0
Qual o papel nessa acção ou programa		
Fui um(a) dos seus proponentes	-	0.0
Participei na sua organização	-	0.0
Fui um interveniente activo	1	33.3
Fui um(a) mero(a) assistente	2	66.7

Quanto ao envolvimento em futuras acções de Educação Sexual, verificamos que onze afirmaram que tencionavam desenvolver actividades nesse âmbito, seguidos de sete que disseram estar disponíveis para colaborar com outros colegas na promoção deste tipo de acções.

Com base nos dados obtidos através da aplicação da escala de avaliação de atitudes dos professores face à Educação Sexual obtivemos os resultados que constituem a tabela 3.

Na dimensão avaliativa, expressa numa escala de 1 a 5 pontos, os professores obtiveram resultados compreendidos entre 2.60 e 4.80 pontos ($M= 4.02$; $DP= 0.48$). Metade dos professores apresentou resultados iguais ou superiores a 4.00 pontos. Atendendo aos resultados obtidos, podemos afirmar que os professores evidenciaram atitudes muito positivas nesta dimensão.

As questões que apresentaram médias de resposta mais elevadas permitem-nos concluir que os professores acreditam que a ES é muito importante (4.31), sendo uma responsabilidade de todos os professores (4.08). Acreditam ainda que este tipo de intervenção ajuda a prevenir o contágio com VIH (4.19). Por outro lado, discordam que esta deva ser realizada apenas pelos professores de biologia (92,3%), rejeitam a premissa de que pode estimular comportamentos sexuais precoces nos jovens (84,6%) ou de que a sexualidade se vai aprendendo ao longo da vida e não na escola (65,4%).

Em relação à escala de conhecimentos que varia entre um mínimo de 1 e um máximo de 15 pontos, foram encontrados altos conhecimentos ($M= 9.81$; $DP= 2.59$).

Na escala de conforto em falar de temas de sexualidade, expressa numa escala entre 1 e 5 pontos, observámos valores compreendidos entre 2.10 e 4.63 pontos, pudemos registar uma média que revela um nível de conforto razoável ($M= 3.56$; $DP= 0.61$). Foram encontrados níveis mais altos de conforto em itens como “Amor”, “Preservativo”, “Ciclo menstrual” ou “Gravidez na adolescência” e níveis mais baixos em itens como “Erotismo”, “Sexo oral ou anal” ou “Masturbação”.

Tabela 3 - Medidas descritivas observadas para as dimensões da escala de Avaliação de Atitudes dos Professores face à Educação Sexual.

Dimensão	\bar{x}	Md	s	X_{\min}	X_{\max}
Avaliativa	4.02	4.00	0.48	2.60	4.80
Conhecimentos em relação à Educação Sexual	9.81	9.00	2.59	6.00	14.00
Conforto relativamente aos temas sexuais	3.56	3.67	0.61	2.10	4.63

Não se verificaram diferenças significativas entre os géneros face às três escalas. Também não se verificou nenhuma correlação entre a idade dos docentes e o resultado das escalas, nem se constataram diferenças estatisticamente significativas entre os docentes que receberam formação e os que não o fizeram face às três escalas.

Verificou-se no entanto, uma associação forte entre a atitude dos professores em relação à ES e o conforto na abordagem dos temas sobre sexualidade ($r=0,601$; $p<0,001$) (Tabela 4).

Tabela 4 - Correlação entre atitudes dos professores face à ES, conhecimentos e conforto na abordagem dos temas.

		Atitudes	Conforto	Conhecimento
Atitudes	Correlação Pearson	1	,601**	,331
	p		,001	,099
	N	26	26	26
Conforto	Correlação Pearson	,601**	1	,086
	p	,001		,677
	N	26	26	26
Conhecimento	Correlação Pearson	,331	,086	1
	p	,099	,677	
	N	26	26	26

**Correlação é significativa ao nível de 0.01

Para avaliar as práticas da Educação Sexual em contexto escolar procedemos à análise das respostas dadas pelos professores em cada um dos 70 itens propostos por Lourenço. Agrupámos os itens em função das concepções (como, quando, quem, finalidades, importância e papel dos outros intervenientes) e das práticas (formação, interesse e motivação, contributo dos documentos de política educativa, o que fazem intencionalmente, o que fazem quando são abordados pelos alunos e como fazem intencional).

Para os professores, a principal finalidade da educação sexual é desenvolver as competências dos alunos para que consigam viver a sua sexualidade de uma forma mais saudável.

No que respeita às concepções da Educação Sexual relativas ao “como”, constatou-se que 57.7% dos professores concordaram com a afirmação «a educação sexual deveria ser uma disciplina obrigatória». Entendem que diz respeito a todos os professores (96.2%) e que deve ser abordada preferencialmente nas componentes letivas. Deve ser transversal, mas ter

um programa definido para cada área curricular disciplinar e não disciplinar (65.4%). Planejada, de forma sistemática, em cada Conselho de Turma (69.2%).

A maioria não concordou que deve ser só da responsabilidade dos pais, porque é uma questão da família (96.1%), que deveria apenas ser tratada pelo diretor(a) de turma na formação cívica (92.3%) e que a coordenação das atividades e projetos de ES, em cada turma, deveria ser da responsabilidade do respetivo diretor(a) de turma» (65.4%). As opiniões dos professores repartiram-se entre a concordância e a discordância nos itens «a ES na escola, deveria ser abordada apenas por professores com formação especializada em ES» (50.0%), «a disciplina de ciências da natureza é aquela que está mais vocacionada para desenvolver os temas da ES» (46.2% e 53.8%) e «a ES, na escola, deveria ser lecionada por médicos, enfermeiros, psicólogos ou outros técnicos especializados» (53.9% ou 46.1%).

Todos os professores (100.0%) reconhecem que não é uma questão de “moda” e para 24 dos 26 professores (92.3%) é um conteúdo importante e necessário.

No âmbito das práticas e no que respeita à “formação, interesse e motivação” (Tabela 5), verificamos que metade dos professores não se sentem motivados(as) para abordar temas relacionados com a sexualidade na sala de aula. Todos os professores consideram que para abordar a ES nas suas aulas gostariam de ter apoio dos técnicos especializados (100.0%), que não têm problemas em falar dos temas relacionados com a sexualidade, mas não sabem como o fazer de forma adequada (57.7%). Metade dos inquiridos considera ainda que tem tido alguma dificuldade em trabalhar a educação sexual nas suas aulas, porque não existem diretrizes centrais claras (57.7%). Outros ainda fazem referência à falta de conhecimentos científicos necessários (46.2%) e ausência de materiais didáticos para o fazer (30.7%).

Relativamente à formação em ES e à preparação dos conhecimentos científicos, as opiniões dividem-se. Cerca de metade dos professores, 14, considera ter os conhecimentos científicos necessários para lecionar os temas enquanto 12 consideram não ter essa preparação.

Tabela 5 - Formação, interesse e motivação.

Itens	Discordo totalmente		Discordo		Concordo		Concordo totalmente	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Não me sinto motivado(a) para abordar temas relacionados com a sexualidade na sala de aula	7	26.9	6	23.1	12	46.2	1	3.8
Não me sinto muito motivado(a) para abordar a educação sexual nas minhas aulas, porque sinto falta de apoio do Conselho Executivo da escola	7	26.9	16	61.5	2	7.7	1	3.8
Para abordar a educação sexual nas minhas aulas gostaria de ter apoio dos técnicos especializados	-	0.0	-	0.0	18	69.2	8	30.8
Não abordo os temas relacionados com a sexualidade, nas minhas aulas, porque tenho pouco à vontade para falar desses temas	9	34.6	11	42.3	6	23.1	-	0.0
Não leciono a educação sexual nas minhas aulas porque não possuo os conhecimentos científicos necessários	5	19.2	9	34.6	10	38.5	2	7.7
Nas minhas aulas só abordarei os temas da sexualidade se for obrigado(a)	7	26.9	15	57.7	1	3.8	3	11.5
Tenho tido alguma dificuldade em trabalhar a educação sexual nas minhas aulas, porque não existem diretrizes centrais claras	1	3.8	10	38.5	13	50.0	2	7.7
Não tenho problemas em falar dos temas relacionados com a sexualidade, mas não sei como o fazer de forma adequada	1	3.8	10	38.5	15	57.7	-	0.0
Não trabalho mais vezes a educação sexual nas minhas aulas porque ninguém me deu materiais didáticos para o fazer	3	11.5	15	57.7	7	26.9	1	3.8

Analogamente, a opinião dos professores divide-se quanto ao contributo dos documentos de política educativa. 19 professores consideram esses documentos insuficientes para apoiar a prática, metade (13) consideram-nos ambíguos e que, os que existem, não ajudam na prática. No entanto, a maioria (73.0%) concorda que na escola os documentos educativos relativos à ES estão à disposição de quem os queira consultar/usar.

Quanto a “como fazem intencionalmente”, no que concerne ao contexto de sala de aula, a maioria dos professores fala abertamente com os seus alunos sobre todos os assuntos relacionados com a sexualidade (69.2%) e utilizam sempre os termos científicos na abordagem desses temas (69.2%). As atividades de ES que propõem aos seus alunos são essencialmente informativas (73.1%), não sendo planificadas de forma sistemática, pois surgem das dúvidas colocadas pelos alunos (57.7%).

Relativamente à planificação e coordenação das atividades/projetos de ES na escola, a maioria dos professores considera que não existe nenhuma equipa coordenadora, responsável pela planificação e coordenação dessas atividades (61.5%) e que não é habitual discutirem-se as atividades e projetos de ES no Conselho Pedagógico (57.7%).

DISCUSSÃO

O objetivo deste estudo centrou-se essencialmente em conhecer as conceções e práticas dos professores em relação à ES na escola, assim como avaliar os seus conhecimentos e nível de conforto na abordagem destes temas.

Os dados do diagnóstico mostraram que os professores atribuem grande importância à ES em meio escolar, manifestam conhecimentos sobre o tema, contudo muitos dos docentes reconhecem não ter formação suficiente para o fazer. O que vai ao encontro do estudo de Reis e Vilar⁽⁵⁾ no qual os resultados demonstraram que os professores portugueses têm uma atitude positiva em relação à implementação da ES nas escolas, têm bons níveis de conhecimentos e mostram-se disponíveis para que esta seja efetivamente desenvolvida. Outro estudo⁽²³⁾, desenvolvido em Inglaterra, revela que os professores sentem que têm pouca informação/formação para abordar alguns temas de sexualidade. Os resultados revelam que embora o conhecimento geral dos professores sobre ES esteja num bom nível, o conhecimento específico relativamente a infeções sexualmente transmissíveis e ao uso da pílula do dia seguinte é pobre, o que pode ser explicado pela carência de formação que os próprios professores afirmam ter.

De fato não podemos perder de vista que para uma abordagem mais consistente da ES em meio escolar os professores devem receber formação e treino, assim como terem abertura para o tema e elevada motivação para o seu ensino⁽²⁴⁾.

No nosso estudo a valorização da ES é espelhada pelas respostas dos professores, no entanto cerca de metade, não se sentia motivado para tratar os temas relacionados com a sexualidade na sala de aula. As dificuldades apontadas foram essencialmente a necessidade de apoio de técnicos especializados, a falta de diretrizes centrais claras, a falta de conhecimentos científicos necessários e a ausência de materiais didáticos. Os obstáculos didáticos parecem perpetuar-se no tempo, já em 1996, Haignere e colegas⁽²⁵⁾, constataram que os professores que participaram no seu estudo referiram a falta de materiais como o maior obstáculo à abordagem da educação para a sexualidade, seguindo-se a falta de tempo.

Também Anastácio⁽¹⁹⁾ no seu estudo ao tentar perceber quais os argumentos dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico para abordarem ou para não abordarem a ES na escola, verificou que os argumentos apresentados a favor da abordagem foram pelo exemplo positivo, pela consequência positiva, pela causa, pela autoridade concedida pela legislação e pela natureza das coisas, tendendo para uma coerência científica. Pelo contrário, os argumentos para a não abordagem e contra a ES foram, principalmente, argumentos sobre a pessoa (colocando em causa a competência dos professores), de autoridade para as famílias em detrimento dos professores e pelo exemplo, mas negativo, aconselhando os futuros professores através de uma argumentação retórica. Ainda de acordo com a mesma autora, as posições intermédias, ditas de evitação, expuseram argumentos justificativos da não abordagem, caracterizados essencialmente por argumentação moral, pela analogia e pela ignorância, assentando numa lógica não formal. Segundo a autora⁽¹⁹⁾, nestas posições evidencia-se um sentimento de insegurança como argumentação de causalidade da não abordagem.

Apesar dos aspetos atrás referidos, os professores, ao percecionarem a possibilidade de usufruírem de formação em ES, manifestaram a intenção de desenvolver futuramente, ou colaborar com outros colegas, na promoção destas ações.

A formação em ES e a existência de uma equipa de trabalho que apoie os professores após a formação é terminante, uma vez que os professores, por si só, consideram-se agentes de formação em ES mas, por questões de insegurança, falta de à-vontade e falta de formação específica têm dificuldade em colocar em prática.

CONCLUSÃO

Os resultados do estudo, possibilitaram identificar a complexidade do fenómeno. A educação sexual na escola é reconhecida como uma prioridade. Os professores referem que diz respeito a todos os professores, que deve ser transversal e ter um programa definido para cada área curricular disciplinar e não disciplinar, planeada, de forma sistemática, em cada Conselho de Turma.

Sendo a educação sexual na escola uma prioridade, é crucial que os docentes, assim como os técnicos de saúde e pais, se consciencializem da importância do seu papel em todo o processo e que unam esforços no sentido da sua operacionalização. É imprescindível ter como fio condutor, que ensinar educação sexual é muito mais abrangente do que transmitir informações relacionadas com o sexo, passa por reflectir sobre emoções, sentimentos e atitudes, treinar competências de vida e fornecer informação científica sobre fisiologia humana⁽²⁶⁾.

Neste sentido é indispensável que as intervenções de educação para a saúde, e a educação sexual como parte integrante desta, sejam baseadas numa perspectiva de desenvolvimento dos jovens, aferidas para o contexto a que se destinam⁽¹³⁾, alicerçadas na evidência científica e, realizadas por profissionais com conhecimentos na área de intervenção, para os quais convergem os sectores da saúde e da educação⁽²⁷⁾.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Simões C. Matos M. Comportamentos de risco na adolescência: factores associados ao início precoce da actividade sexual. In: Matos, M. Sexualidade: afetos e cultura. Gestão de problemas de saúde em meio escolar. Lisboa (PT): Coisas de ler Edições; 2010. p.33-55.
2. Caldeira E. Promoção da saúde e desenvolvimento dos adolescentes: A educação sexual em contexto escolar [tese de doutoramento]. Lisboa: Universidade de Lisboa; 2015.
3. Ferreira P. Contextos da iniciação sexual: idade, relacionamento e geração. In Ferreira PM, Cabral M. *et al.* (orgs.). Sexualidades em Portugal: Comportamentos e riscos. Lisboa (PT): Editorial Bizâncio; 2010. p.231-288.
4. Caldeira E. Comportamentos sexuais dos adolescentes. *Servir*. 2005; 53(1): 29-39.
5. Reis M, Vilar D. A implementação da educação sexual na escola: Atitudes dos professores. *Análise Psicológica*. 2004; 4 (XXII): 737-745.

6. Lourenço, M. Educação sexual em contexto escolar: das concepções às práticas [manuscrito não publicado]. Coimbra (PT): Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação; 2007.
7. Lei 3/84. Educação Sexual e Planeamento Familiar. Diário da República. 1985; I^a-série, n.º-71: p. 3-24.
8. Lei 60/2009. Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar. Diário da república. 2009 agosto 6; 1^a Série, N°151: p 5097-5098.
9. Vilar D, Carriço E. Kit educativo- Saúde e sexualidade: 2º ciclo. Lisboa (PT): Associação para o Planeamento da Família; 2009.
10. Afonso E, lucas A. A sexualidade na adolescência. *Servir*. 2001 julho-agosto; 49(4): 165-171.
11. Marques A. *et al.* (coord.) Educação Sexual em Meio Escolar - Linhas orientadoras. Lisboa (PT): Ministério da Educação, Ministério da Saúde; 2000.
12. Vaz J, Vilar D, Cardoso S. Educação Sexual na Escola. Lisboa (PT): Universidade Aberta; 1996.
13. Ramiro L, Matos M, Vilar D. Factores de sucesso da Educação Sexual em Meio escolar. *Educação Sexual em Rede*. 2008; (3): 8-13.
14. Sampaio D. Sexualidade na adolescência. In: Barbosa A, Gomes-Pedro J. *Sexualidade*. Lisboa (PT): Departamento de Educação Médica, Faculdade de Medicina de Lisboa; 2000.
15. Ewles L, Simnett I. *Promoting health: A practical guide*. London (UK): Baillière Tindall; 1999.
16. Hagan JF. *et al.* *Pediatrics*. Career and Teccnhical Education. 2001; 108(2).
17. Rifkin S, Pridmore P. Partners in planning: Information, participation and empowerment. *Health Promotion International*. 2002; (17): 285-286.
18. Sampaio D. *et al.* (coords.). Grupo de trabalho de educação sexual. Educação para a saúde: relatório preliminar. Lisboa [PT: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Ministério da Educação; 2005.
19. Anastácio Z. Educação Sexual no 1.º CEB: Concepções, Obstáculos e Argumentos dos Professores para a sua (não) Consecução [tese de doutoramento]. Braga (PT): Universidade do Minho; 2007.

20. Leurs M. *et al.* Focus points for school health promotion improvements in Dutch primary schools. *Health Education Research*. 2007; 22(1): 58-69.
21. Kirby D, Laris B, Rolleri L. *Sex and HIV Education. Programs for Youth: Their Impact and Important Characteristics*. Scotts Valley (US): Family Health International; 2006.
22. Mason S. Braving it out! An illuminative evaluation of the provision of sex and relationship education in two primary schools in England. *Sex Education*. 2010; 10(2): 157-169.
23. Westwood J, Mullan B. Knowledge and attitudes of secondary school teachers regarding sexual health education in England. *Sex Education*. 2007 May; 7(2): 143-159.
24. World health organization WHO (CH) Standards for sexuality education in Europe: A framework for policy makers, educational and health authorities and specialists. Cologne (DE): Federal Centre for Health Education; 2010.
25. Haignere C. *et al.* Teachers' receptiveness and comfort teaching sexuality education and using non-traditional teaching strategies. *The Journal of School Health*. 1996; 66(4): 140-144.
26. Ramiro L, Reis M, Matos M. Educação sexual: propostas para escolas. In: Matos M. *Sexualidade, afectos e cultura: Gestão de problemas de saúde em meio escolar*. Lisboa (PT): Coisas de Ler; 2010. P. 203-244.
27. Caldeira E, Lopes M, Arranca A. Educação Sexual no 2º Ciclo do Ensino Básico. Do Diagnóstico de Situação à Intervenção. In: Albuquerque C. (Org.). *Comportamentos de Saúde Infante-Juvenis: Realidades e perspetivas*. Viseu (PT): Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Saúde; 2012. p. 495 - 504.

Correspondência: ecaldeira@uevora.pt